

Defendida educação sanitária

ESTADO DE SÃO PAULO

para elevar níveis de saúde

110 OUT 1979

Da sucursal de
BRASÍLIA

Ao instalar ontem, em Brasília, o simpósio sobre "Política Nacional de Saúde", o professor Roberto Santos, da Universidade Federal da Bahia, disse que a melhoria dos índices de saúde do povo brasileiro está baseada em um processo eminentemente cultural, para o qual concorrem a herança das gerações passadas e as diretrizes de ordem política e econômica traçadas pelas lideranças atuais.

Proferindo a palestra inicial do simpósio, promovido pela Comissão de Saúde da Câmara, Roberto Santos afirmou que a educação formal é a alavanca geradora para o atendimento das necessidades principais do setor, defendendo, em consequência disso, campanhas de educação sanitária e assistencial, com a utilização das mais modernas técnicas de comunicação de massa.

Na parte destinada aos debates, o secretário-geral da Federação Brasileira de Hospitais, Aloísio Fernandes, defendeu a volta da participação dos trabalhadores na gestão da Previdência Social, acentuando

que o maior erro do sistema previdenciário nacional é a ausência de representação e participação dos contribuintes na tomada de decisões em assuntos relativos à distribuição de recursos que lhes pertencem. O ponto de vista de Aloísio Fernandes encontrou apoio do sanitarista Carlos Gentile de Mello, que criticou o caráter elitista da política social implantada pelo governo. Ele ressaltou que as grandes doenças que afetam a maior parte do povo brasileiro só são consideradas pelos dirigentes nacionais quando atingem as elites.

No período da tarde, o primeiro a prestar depoimento foi Paulo Israel Singer, economista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, de São Paulo, que demonstrou a conveniência de reverter a tendência de privatização dos serviços de saúde, ocorrida nos últimos tempos. Ele defendeu a prioridade expansionista dos serviços públicos, inclusive os da Previdência Social, e dos serviços privados sem fins lucrativos. No seu entendimento, em todos esses serviços deveriam estar instaladas instâncias fiscalizadoras, representativas dos usuários.

O secretário executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos da Seplan, Mozart de Abreu e Lima, falando sobre "Descentralização e regionalização das atividades de saúde", acentuou que o maior problema dessa área é a prioridade dada às ações sofisticadas, praticadas em nível de clínicas especializadas e hospitais privados, fruto do crescente desvio de recursos da área pública para a empresa médica. Reconhecendo que qualquer empreendimento privado tem como objetivo a realização de lucros, ele afirmou que a privatização em larga escala do setor saúde tem provocado sérios desvios de natureza ética, o crescimento acelerado de despesas, a realização de atos desnecessários e de uma medicina alienada e rígida para a total mercantilização do ato médico, num setor reconhecidamente impenetrável às práticas de controle.

O último conferencista foi o consultor da Organização Pan-Americana da Saúde, Carlyle de Guerra Macedo, que abordou o tema "Política de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde".